

**Dispositivos informacionais utilizados no Centro de
Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) no
enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres**

***Informational devices used at the Ednalva Bezerra Women's
Reference Center (CRMEB) in addressing domestic violence
against women***

***Dispositivos informativos utilizados en el Centro de
Referencia de Mujeres Ednalva Bezerra (CRMEB) en el
abordaje de la violencia doméstica contra la mujer***

***Dispositifs d'information utilisés au Centre de référence pour
les femmes Ednalva Bezerra (CRMEB) dans la lutte contre la
violence domestique à l'égard des femmes***

Aurekelly Rodrigues da SILVA¹

Gisele Rocha CÔRTEZ²

Ana Patrícia Silva MOURA³

Autor para correspondência: Gisele Rocha Côrtes
E-mail: giselerochacortes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6843-4938>



Submetido em: 05/10/2025

Aceito em: 14/12/2025

Publicado em: 30/12/2025

¹ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² Doutora em Sociologia e professora associada do Departamento de Ciência da Informação da UFPB e docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB

³ Mestra em Ciência da Informação pela UFPB e doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo identificar ações de mediação da informação, pessoas mediadoras e dispositivos informacionais utilizados no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental, descritiva e de campo, com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, foram analisados documentos produzidos e disseminados pelo órgão, além da realização de entrevistas semiestruturadas com integrantes da equipe multiprofissional. A análise dos resultados seguiu a técnica de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Os resultados indicam que o CRMEB se configura como um dispositivo informacional relevante no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres em João Pessoa. A unidade informacional adota práticas de mediação consciente da informação, tanto implícita quanto explícita. O atendimento psicológico, social e jurídico, aliado à disseminação de informações por canais físicos e digitais, favorece o acesso à informação e contribui para a desnaturalização da violência. Espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento da interface entre a Ciência da Informação e a problemática da violência contra as mulheres, bem como para o aprimoramento das práticas de mediação da informação no CRMEB e em outros centros.

Palavras-chave: Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra; feminismo; gênero; mediação da informação; violência doméstica contra as mulheres.

ABSTRACT

The research aims to identify information mediation actions, mediating people and informational devices used in the Ednalva Bezerra Women's Reference Center (CRMEB). Methodologically, it is a documentary, descriptive and field research, with a qualitative approach. For data collection, documents produced and published by the agency were analyzed, in addition to semi-structured interviews with members of the multidisciplinary team. The analysis of the results improved using Laurence Bardin's Content Analysis technique. The results indicate that the CRMEB is a relevant informational device in combating domestic violence against women in João Pessoa. The informational unit adopts practices of conscious mediation of information, both implicit and explicit. Psychological, social and legal assistance, combined with the dissemination of information through financial and digital channels, favoring access to information and contributing to the denaturalization of violence. It is expected that this

research will contribute to strengthening the interface between Information Science and the problem of violence against women, as well as to improving information mediation practices at CRMEB and other centers.

Keywords: Ednalva Bezerra Women's Reference Center; feminism; gender; information mediation; domestic violence against women.

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo identificar acciones de mediación informativa, personas mediadoras y dispositivos informativos utilizados en el Centro de Referencia de la Mujer Ednalva Bezerra (CRMEB). Metodológicamente, es una investigación documental, descriptiva y de campo, con enfoque cualitativo. Para la recolección de datos se analizaron documentos producidos y publicados por la agencia, además de entrevistas semiestructuradas con miembros del equipo multidisciplinario. El análisis de los resultados mejoró utilizando la técnica de Análisis de Contenido de Laurence Bardin. Los resultados indican que el CRMEB es un dispositivo informativo relevante en el combate a la violencia doméstica contra las mujeres en João Pessoa. La unidad informativa adopta prácticas de mediación consciente de la información, tanto implícita como explícita. Asistencia psicológica, social y jurídica, combinada con la difusión de información a través de canales financieros y digitales, favoreciendo el acceso a la información y contribuyendo a la desnaturalización de la violencia. Se espera que esta investigación contribuya a fortalecer la interfaz entre las Ciencias de la Información y el problema de la violencia contra las mujeres, así como a mejorar las prácticas de mediación de información en el CRMEB y otros centros.

Palabras clave: Centro de Referencia de la Mujer Ednalva Bezerra; feminismo; género; mediación de la información; violencia doméstica contra las mujeres.

RÉSUMÉ

Cette étude a pour objectif d'identifier les actions de médiation de l'information, les médiateurs et les dispositifs informationnels utilisés au Centre de référence pour les femmes Ednalva Bezerra (CRMEB). Sur le plan méthodologique, il s'agit d'une étude documentaire, descriptive et de terrain, avec une approche qualitative. Pour la collecte des données, les documents produits et diffusés par l'organisme ont été analysés, et des entretiens semi-structurés ont été réalisés avec des membres de l'équipe pluridisciplinaire. L'analyse des résultats a suivi la technique d'analyse de contenu de

Laurence Bardin. Les résultats indiquent que le CRMEB constitue un dispositif informationnel pertinent dans la lutte contre la violence domestique à l'égard des femmes à João Pessoa. L'unité informationnelle adopte des pratiques de médiation consciente de l'information, tant implicite qu'explicite. L'accompagnement psychologique, social et juridique, associé à la diffusion d'informations par des canaux physiques et numériques, favorise l'accès à l'information et contribue à la dénaturalisation de la violence. Cette recherche devrait contribuer à renforcer l'interface entre la science de l'information et la problématique de la violence contre les femmes, ainsi qu'à améliorer les pratiques de médiation de l'information au CRMEB et dans d'autres centres.

Mots-clés: Centre de référence pour les femmes Ednalva Bezerra; féminisme; genre; médiation de l'information; violence domestique contre les femmes.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um fenômeno sócio-histórico que atinge mulheres em diferentes contextos, resultado das relações desiguais de gênero em sociedades patriarcais. Os movimentos feministas, em diversos contextos, enfrentam a violência contra as mulheres por meio de lutas e resistências, cobrando ações do Estado. No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, as reivindicações feministas transformaram a violência contra as mulheres em questão também política, além de privada (Romeiro, 2019; Silva; Côrtes, 2024).

Nessa perspectiva, foram criadas políticas públicas específicas para as mulheres - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres (NUIAM), Casas Abrigo entre outras - com o objetivo de combater esse fenômeno perverso que tem causado inúmeros prejuízos à vida das mulheres, atingindo em seu ápice, feminicídio⁴. Uma dessas

⁴ O feminicídio é o assassinato de mulheres motivado por sua condição de mulher. Esse tipo de crime é oriundo das relações desiguais de poder entre os gêneros, que

políticas são os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres (CRAMs), que se configuram como mecanismos de apoio às mulheres em situação de violência.

O Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), inaugurado em 14 de setembro de 2007, em João Pessoa/PB, integra a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, oferecendo acolhimento psicológico, social e jurídico por meio de uma equipe multiprofissional, pautada em uma abordagem humanizada, com suporte integral e respeito às demandas das mulheres atendidas (Andrade; Lima; Côrtes, 2020).

Nesse sentido, no âmbito da Ciência da Informação, alguns estudos se destacam, como o relato de experiência de Côrtes, Luciano e Dias (2012), que evidencia o uso da informação como ferramenta de enfrentamento à violência doméstica, e a pesquisa-ação desenvolvida por Côrtes, Araújo e Silva (2014), cujo objeto de estudo foi a gestão da informação, estruturada para implementação no Sistema Atende Mulher.

Entre os trabalhos de conclusão, destaca-se a monografia de Dautro (2013), que traçou o perfil sociodemográfico das mulheres atendidas no CRMEB em 2007 e discutiu a relevância da gestão da informação nesse contexto, bem como a dissertação de Marcone (2024), que investigou as práticas informacionais que auxiliam as usuárias na superação de estados de incerteza no enfrentamento de diferentes formas de violência.

Diante desse contexto informacional no enfrentamento à violência contra as mulheres, torna-se mencionar os dados recentes que evidenciam a persistência e o agravamento da violência de

transcende os mais diversos níveis e formas de violências, chegando ao extremo, ou seja, a morte (Instituto Patrícia Galvão, 2024, *online*).

gênero no país. No atendimento, as mulheres são orientadas sobre seus direitos e encaminhadas a serviços da rede de enfrentamento à violência, em uma atuação intersetorial que busca romper o ciclo de violência. Em 2024, apesar da queda de 5,4% na taxa geral de mortes violentas intencionais no Brasil, os feminicídios aumentaram, alcançando 1.492 casos – o maior número desde 2015, com crescimento de 0,7% em relação a 2023.

Dentre as vítimas, 63,6% eram mulheres negras, 70,5% tinham entre 18 e 44 anos, 80% foram mortas por companheiros ou ex-companheiros, 64,3% ocorreram no espaço doméstico, e 97% das vítimas foram assassinadas por homens. As tentativas de feminicídio subiram 19%, totalizando 3.870 registros, e outras formas de violência também cresceram, como *stalking* (18,2%) e violência psicológica (6,3%) (FBSP, 2025). A violência contra a mulher não se limita à idade adulta, acomete meninas e adolescentes no seio familiar (Cavalcante, 2022).

A mediação da informação é essencial para desnaturalizar a violência doméstica, promover mudanças de mentalidade e contribuir para a prevenção da violência e dos feminicídios. Ela favorece a construção de um espaço crítico, permitindo problematização, geração de novos sentidos, apropriação da informação e fortalecimento do protagonismo social (Gomes, 2020). Mediante tal contexto, a pesquisa tem como objetivo identificar as ações de mediação da informação, pessoas mediadoras e dispositivos informacionais utilizados CRMEB.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental, descritiva e de campo, com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, foram analisados documentos produzidos e disseminados pelo órgão, além da realização de entrevistas semiestruturadas com

integrantes da equipe multiprofissional. A análise dos resultados seguiu a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), na qual foram estabelecidas as categorias: ações de mediação da informação; pessoas mediadoras do CRMEB; dispositivos informacionais.

2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

A violência doméstica é um grave problema social e violação dos direitos humanos, afetando mulheres de diferentes contextos sociais, caracterizando-se por atos de gênero que causam morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, em espaços públicos ou privados (Brasil, 2006a; Carneiro, 2017). De acordo com a Lei Nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP)⁵, a violência doméstica pode se manifestar de forma física, psicológica, patrimonial, sexual e moral, desenvolvendo-se geralmente em um ciclo que engloba a maioria dessas formas de violência (Santos; Sousa; Almeida Júnior, 2021). Embora possa ser praticada por qualquer pessoa, a violência doméstica ocorre predominantemente no âmbito privado, tendo como principal agressor alguém com vínculo afetivo com a mulher (FBSP, 2025; Silva; Côrtes, 2019).

A violência nas relações íntimas é motivada por sentimentos de ciúmes, raiva, desprezo e desejo de controle, ligados à masculinidade hegemônica e à cultura de honra, levando homens a reagirem violentamente diante da percepção de perda de poder sobre as mulheres (Bandeira, 2014). Trata-se de uma manifestação de violência estrutural, profundamente enraizada nas relações de

⁵ A Lei Maria da Penha é o principal instrumento legal de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (Campos, 2015), constituindo um marco nas políticas de enfrentamento desse fenômeno no Brasil.

poder sustentadas pela estrutura patriarcal, sustentada por um circuito de hostilidade contra as mulheres (Lobo, 2020).

Essa violência reflete a subordinação feminina, de modo que o empoderamento da mulher pode provocar respostas agressivas do agressor. A separação frequentemente exige apoio externo, e as mulheres oscilam entre sair e retornar à relação, adotando diferentes estratégias de reação, evidenciando sua autonomia e afastando a visão de passividade (Saffioti, 1999, 2015). O Ciclo da Violência, desenvolvido a partir de estudos sobre a dinâmica da violência na vida das mulheres, descreve a ocorrência cíclica e contínua de agressões em relações afetivas. O modelo é composto por três fases: construção ou aumento da tensão, tensão máxima e lua de mel (Instituto Maria da Penha, 2019; Walker, 1979). Essas fases se repetem ciclicamente, tendendo a se intensificar ao longo do tempo e, em casos extremos, podendo culminar em feminicídio.

Compreender o Ciclo da Violência sob a perspectiva das desigualdades de gênero é fundamental para que profissionais da rede de apoio identifiquem os obstáculos que dificultam a interrupção da violência doméstica e familiar. A falta de informações sobre estruturas de apoio, aliada a fatores culturais e ideologias sexistas, constitui um impedimento significativo para romper o ciclo de violência (Andrade; Lima; Côrtes, 2020; Côrtes; Alves; Silva, 2015; Silva, 2025). Enfrentar a violência doméstica requer compreender sua complexidade e implementar políticas públicas eficazes. Os CRAMs desempenham papel estratégico ao acolher, orientar e mediar informações essenciais, permitindo que mulheres em situação de violência acessem recursos, conheçam seus direitos e construam autonomia e proteção.

3 CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Os CRAMs são essenciais no enfrentamento da violência contra as mulheres, oferecendo atendimento interdisciplinar e ações integradas. Criados na década de 1990 inspirados no SOS Mulher, inicialmente tinham caráter preventivo e pouco reconhecimento, mas a partir de 2003 ganharam maior visibilidade como política nacional (Brasil, 2006b; Silva, 2020; Silveira, 2006). Nos CRAMs, o acolhimento humanizado e a mediação da informação fortalecem o empoderamento das mulheres, orientando-as a tomar decisões sobre relações abusivas e oferecendo suporte jurídico, social e psicológico para romper o ciclo de violência (Brasil, 2006b; Novellino; Tavares, 2013). Por meio da mediação da informação e de atendimentos jurídico, social e psicológico, promovem escuta, diálogo, fortalecimento das usuárias e condições para que elas tomem decisões informadas e rompam relações abusivas (Andrade; Lima; Côrtes, 2020).

Os CRAMs atuam alinhados à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), promovendo ações protetivas, punitivas e preventivas da violência (Silva, 2020). Seus conteúdos informacionais esclarecem e desconstroem as diversas formas de violência contra as mulheres (psicológica, sexual, moral, patrimonial e física), sendo as usuárias atendidas de forma espontânea ou por encaminhamentos de órgãos de saúde, assistência social, educação, delegacias ou judiciário. Os centros de referência funcionam como dispositivos informacionais que, por meio da mediação consciente da informação, atuam na realidade de mulheres em situação de violência doméstica, promovendo significados através da busca,

acesso e apropriação dessas informações. Esses dispositivos podem ser compreendidos como mecanismos técnicos ou simbólicos capazes de organizar a realidade e fornecer instrumentos para o pensamento, utilizando recursos materiais, tecnológicos, simbólicos e relacionais para influenciar comportamentos, condutas cognitivas, afetivas e comunicativas (Pieruccini, 2007).

Os CRAMs, como dispositivos informacionais, articulam documentos, registros e informações com as mulheres atendidas, promovendo a apropriação da informação e a transformação de suas percepções e realidades sobre a violência. À luz das teorias de Ivete Pieruccini (2007), as mulheres nos CRAMs tornam-se participantes ativas do ambiente informacional, compartilhando experiências por meio da mediação da informação. A autora ressalta que os efeitos dos dispositivos vão além de seus aspectos técnicos, funcionando como instrumentos que influenciam a relação do indivíduo consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

Nos CRAMs, a produção diária de conteúdos informacionais visa desafiar a dominação masculina e promover autoestima, autonomia e emancipação das mulheres. A mediação da informação atua como intervenção profissional para atender às necessidades dos usuários e gerar novos sentidos e demandas informacionais (Almeida Júnior, 2015; Côrtes; Luciano; Dias, 2012).

O conceito de mediação da informação (Almeida Júnior, 2015) serve de base teórico-metodológica para pensar essa ação sob diversas perspectivas, entre elas, a de uma mediação voltada para o protagonismo social (Gomes, 2016, 2019, 2020), e ainda, como contributo para o combate à violência doméstica (Laurindo; Pizarro, 2021; Silva, 2020, 2025). A mediação da informação constitui a base determinante da prática das(os) profissionais da informação, que

lidam cotidianamente com o objeto informação nos diferentes dispositivos informacionais. Nesse contexto, destacam-se as duas tipificações da mediação da informação, implícita e explícita (Almeida Júnior, 2015), as quais serão mobilizadas para compreender como se manifestam no âmbito do CRMEB.

A mediação implícita da informação ocorre nos dispositivos informacionais de forma independente da presença física e imediata das pessoas usuárias (Pimenta; Almeida Júnior, 2009). A mediação implícita da informação ocorre sem a presença da pessoa usuária, por meio de ações como classificação, indexação, seleção e organização do acervo, que impactam a recuperação e na apropriação da informação (Santos Neto, 2023). A mediação explícita da informação ocorre na presença das usuárias, presencial ou remota, envolvendo ações como serviços de referência, atividades pedagógicas e culturais, cursos e divulgação de editais sobre direitos das mulheres (Pimenta; Almeida Júnior, 2009; Santos Neto, 2023). No CRMEB, a mediação implícita e explícita da informação permite que as mulheres satisfaçam suas necessidades informacionais, promovendo apropriação da informação, autoconhecimento e criação de novos significados. A mediação da informação é ativa, promovendo conflitos e novas necessidades informacionais, o que impede que os profissionais atuem de forma neutra, uma vez que a informação está sempre imersa em interesses econômicos, políticos, culturais e ideológicos (Pimenta; Almeida Júnior, 2009).

O protagonismo social valoriza a interação, o capital intelectual e cultural e a produção coletiva de saberes, incentivando mudanças para o desenvolvimento social. Nesse contexto, a mediação da informação atua como eixo central, promovendo diálogo, apropriação da informação e empoderamento das pessoas (Gomes, 2019).

Diante do exposto e reconhecendo o potencial da mediação da informação no enfrentamento da violência doméstica, apresentam-se a seguir as ações de mediação, os mediadores e os dispositivos informacionais utilizados no CRMEB.

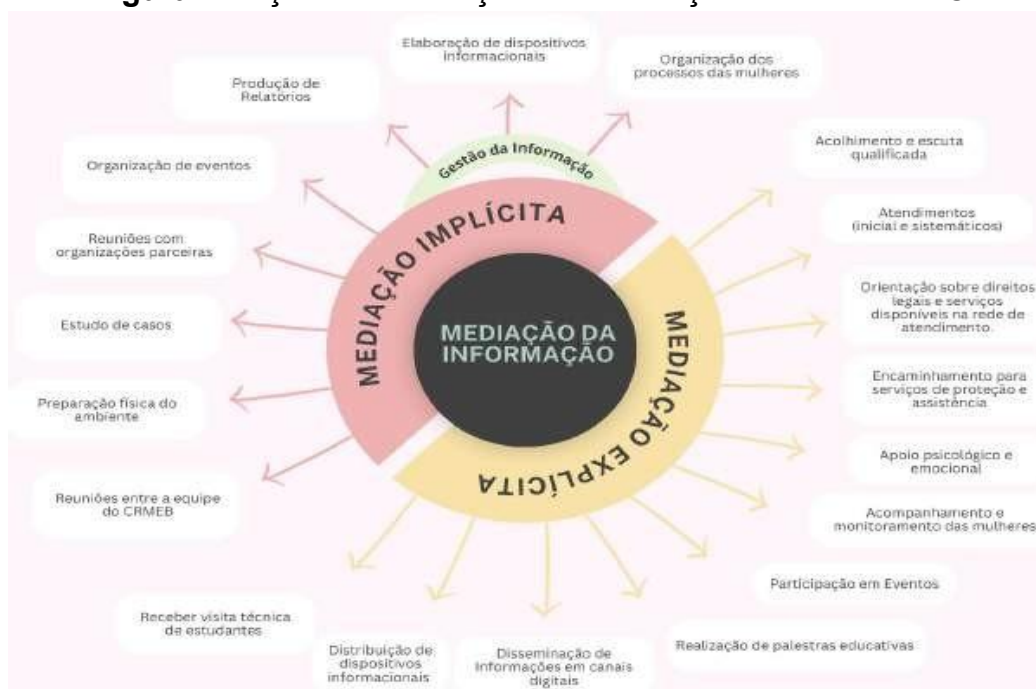
4 RESULTADOS DA PESQUISA

A seguir, os resultados serão apresentados, com destaque para as ações de mediação da informação, os(as) agentes mediadores(as) e os dispositivos informacionais utilizados no enfrentamento à violência doméstica, no âmbito do CRMEB.

4.1 Ações de mediação da informação no CRMEB

Os Centros de Referência, como o CRMEB, atuam como dispositivos informacionais que desconstroem a violência doméstica, reforçam os direitos das mulheres e promovem protagonismo social (Gomes, 2019, 2020) por meio da mediação implícita e explícita da informação.

Figura 1 - Ações de mediação da informação realizadas no CRMEB



Fonte: Silva (2025).

Com base na Figura 1, as ações de mediação da informação no CRMEB são fundamentais para problematizar a violência de gênero, fortalecer a cidadania, autonomia e protagonismo social das mulheres, e provocar mudanças nas percepções e práticas das mediadoras. Esse processo vai além da disseminação de informações, promovendo reflexão crítica e apoiando decisões informadas sobre proteção e bem-estar (Silva, 2025). Esse processo é fundamental para empoderar as mulheres, estimulando-as a agir diante das opressões e a transformar suas realidades. A apropriação da informação, viabilizada pela mediação, permite construir novos conhecimentos e estender essa transformação a outras mulheres, contribuindo para desconstruir padrões de violência e promover igualdade e respeito.

4.2 As(Os) agentes mediadoras(es) do CRMEB

No CRMEB, a mediação da informação é contínua e se dá por meio de um processo comunicacional, dialógico e interativo entre as mulheres atendidas e a equipe de profissionais. A Figura 2 mostra (as)os agentes mediadoras(es) da informação no CRMEB.

Figura 2 - Agentes mediadoras(es) da informação do CRMEB



Fonte: Silva (2025).

Considerando a mediação da informação como um ato de cuidado (Prado, 2020), essa prática é essencial em um Centro de Referência, pois permite que as mulheres em situação de violência se sintam acolhidas, seguras e confiantes desde o primeiro contato. A coordenadora do CRMEB exerce papel protagonista ao liderar a equipe, orientar os profissionais e apoiar a resolução dos casos, garantindo que o atendimento seja humanizado, respeitoso e de qualidade. Com base no organograma funcional da Figura 2, a equipe do CRMEB é dividida em apoio e técnica. A equipe de apoio garante o funcionamento do centro, enquanto a equipe técnica inclui assistentes sociais, psicólogas e assistentes jurídicas. As recepcionistas atuam como porta de entrada, conectando as mulheres ao ambiente informacional.

Acolhemos com amor, com carinho. Algumas mulheres vêm muito abaladas. Então a gente acalma primeiro, oferece uma água e tem uma conversa preliminar. Perguntamos qual a demanda dela, explicamos como é o serviço, como a gente procede, e vemos se realmente é demanda nossa. Se não for, mesmo assim, as meninas orientam, e encaminham para a rede certa. Caso seja, faço a ficha dela, pego os dados pessoais dela, faço a ficha e encaminho para o atendimento com as três técnicas, que é a psicóloga, assistente social e a advogada. (Recepcionista do CRMEB)

O acolhimento na mediação da informação (Prado, 2020) é aplicado pelas recepcionistas desde a chegada das mulheres, oferecendo suporte emocional, jurídico, social e psicológico para romper o ciclo da violência. As auxiliares de serviços gerais contribuem indiretamente por meio da mediação implícita, preparando um ambiente acolhedor e participando da produção de dispositivos informacionais. A atuação integrada da equipe evidencia uma postura protagonista em prol do coletivo, voltada ao atendimento e empoderamento das usuárias.

A atuação do motorista e do porteiro no CRMEB é discreta, com funções técnicas e pouco contato direto com as usuárias, seguindo as orientações da Norma Técnica (Brasil, 2006b). Todo o time, independentemente do gênero, compartilha o compromisso de enfrentar a violência contra as mulheres. Na equipe técnica, as assistentes sociais desempenham papel central no acolhimento, identificação de demandas, encaminhamentos e promoção do empoderamento das mulheres, integrando-se ao atendimento multidisciplinar do centro.

[...] a gente faz um acolhimento dessa mulher, através da escuta nós identificamos as demandas [...] e fazemos os devidos encaminhamentos. As demandas são diversas no serviço social: benefícios, cesta básica, auxílio aluguel, abrigo, encaminhamento para unidade básica de saúde, conselho tutelar. Nós encaminhamos também a mãe pra que ela seja escutada enquanto conselho. Apesar de nós não trabalharmos com menores, mas a mãe sim, a gente faz encaminhamento, quando necessário (Assistente Social do CRMEB).

A atuação das assistentes sociais nos CRAMs vai além do cuidado sociopsicológico, incluindo acolhimento, orientação e apoio integral às mulheres (Silva; Nogueira, 2020), com escuta qualificada e planos de atendimento individualizados que consideram suas necessidades informacionais, emocionais, sociais e econômicas. As assistentes jurídicas, por sua vez, atuam como mediadoras da informação, oferecendo aconselhamento legal, acompanhamento em atos policiais e judiciais, e orientando sobre direitos e leis, como a Maria da Penha, garantindo que as mulheres compreendam a violência, conheçam medidas legais e se sintam seguras para tomar decisões informadas (Brasil, 2006b).

No CRMEB, as psicólogas desempenham papel essencial no acolhimento inicial e na mediação da informação, promovendo novos conhecimentos e autorreflexão nas mulheres atendidas. Quando

necessário, oferecem acompanhamento psicológico individual e sistemático, criando um espaço dialógico de cuidado e respeito à alteridade, que favorece o autoconhecimento e a crítica à violência doméstica. De acordo com a Norma Técnica (Brasil, 2006b), o atendimento psicológico visa resgatar a autoestima e fortalecer a resiliência, tratando danos psicológicos como ansiedade, depressão, medo, isolamento social e transtornos pós-traumáticos decorrentes da violência (Silva; Silva; Hanna, 2023).

Nos centros de referência, como o CRMEB, a Psicologia atua no empoderamento das mulheres, oferecendo suporte psicológico essencial para romper o ciclo da violência, fortalecer autoestima e autonomia, e promover reparação emocional (Silva; Ataíde; Moreira, 2021; Souto; Castelar, 2020). A mediação consciente da informação nesse contexto contribui para a construção da resiliência, superação dos traumas e possibilita que as mulheres reescrevam suas histórias com segurança, dignidade e esperança.

4.3 Dispositivos informacionais e a mediação do CRMEB

A mediação da informação acontece na interação entre profissionais e usuárias nos dispositivos informacionais (Santos; Sousa; Almeida Júnior, 2021). Nessa perspectiva, o CRMEB configura-se como um dispositivo informacional (Pieruccini, 2007) essencial no enfrentamento da violência contra as mulheres, pois seu ambiente, ações e serviços favorecem o acesso e a apropriação da informação, transformando a vida das mulheres atendidas.

Figura 3 - Ambiente externo do CRMEB**Fonte:** Silva (2025).

A Figura 3 apresenta a estrutura física do prédio, incluindo uma placa com informações iniciais sobre o serviço e números de contato para obter informações sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres. O CRMEB oferece um ambiente acolhedor, decorado com plantas e paredes lilás, preparado para atender mulheres em busca de informações sobre violência, direitos e recursos para romper o ciclo de violência e exercer sua liberdade, garantida pela Constituição Federal. As profissionais do Centro mediam informações para atender às necessidades das mulheres, que passam por uma breve entrevista com a recepcionista, usando a ficha de atendimento como dispositivo informacional.

A ficha de atendimento inicial do CRMEB funciona como um dispositivo informacional central, reunindo dados pessoais, familiares e da ocorrência, registrando atendimentos e encaminhamentos, e auxiliando na avaliação de riscos, proteção das mulheres e planejamento da equipe multidisciplinar.

A Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência atua como dispositivo informacional no CRMEB, orientando suas ações; segundo a assistente jurídica, a Lei Maria da Penha guia a atuação jurídica, enquanto a Norma Técnica norteia todas as ações, garantindo a efetividade do atendimento às mulheres. A Lei Maria da Penha é um marco no enfrentamento da violência doméstica no

Brasil, ocupando a terceira posição mundial entre as melhores legislações de proteção às mulheres, atrás apenas da Espanha e do Chile, e inova ao adotar uma abordagem integral, intersetorial e interdisciplinar, resultado dos movimentos feministas e das experiências das mulheres vítimas (Campos, 2015; ONU Mulheres, 2024; Silva; Luciano, 2023).

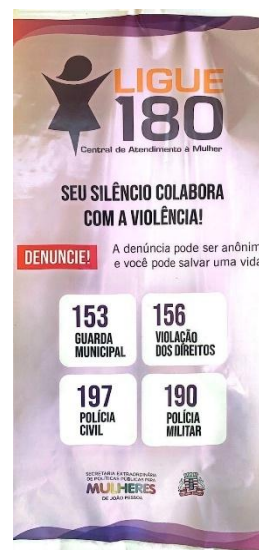
O ambiente informacional do CRMEB é preparado para oferecer informações sobre a violência, com mediação implícita e explícita que, junto ao contato com as agentes mediadoras, permite às mulheres iniciarem uma problematização do fenômeno e desenvolver pensamento crítico, como mostrado nas Figuras 4 e 5.

Figura 4 - Ambiente informacional do CRMEB

Figura 5 - Banner do CRMEB



Fonte: Silva (2025).



Fonte: Silva (2025).

As Figuras 4 e 5 mostram dispositivos informacionais no Centro, dispostos em paredes, portas de armários e banners, enquanto as Figuras 6 e 7, a seguir, apresentam imagens mais amplas dos conteúdos desses dispositivos.

Figura 6 - Cartazes dispostos no CRMEB (1)

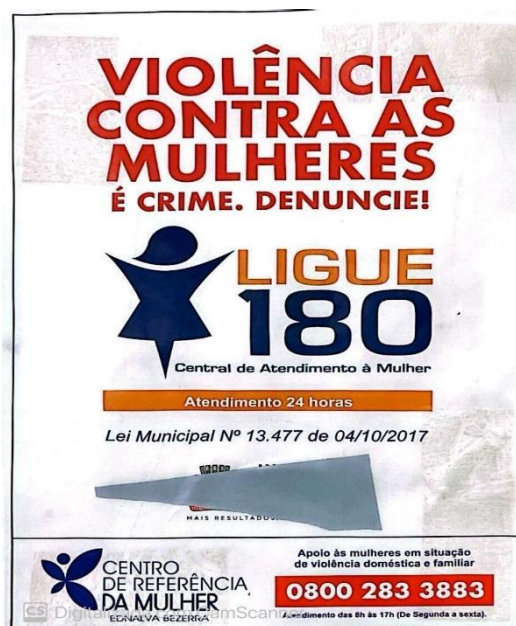


Figura 7 - Cartazes dispostos no CRMEB (2)



Fonte: Silva (2025).

Os dispositivos informacionais do CRMEB, expostos em paredes e outras superfícies, contêm conteúdos sobre violência contra as mulheres, serviços da rede e canais de apoio disponíveis. Além disso, também há mensagens de empoderamento para as

mulheres. O “violentômetro” apresenta, de forma acessível, exemplos de diferentes tipos de violência, psicológicas, físicas, sexuais, patrimoniais e morais, e alerta as mulheres sobre estratégias para romper o ciclo violento (Andrade, 2022; Silva, 2025). O cartaz da Coordenadoria da Mulher evidencia que o CRMEB integra dispositivos de outros órgãos e produz diversos recursos informacionais para usuárias, visitantes, estudantes e profissionais da rede, reforçando a atuação articulada da rede de serviços para enfrentar a violência em João Pessoa.

Figura 8 - Panfleto sobre a Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres

ATUAÇÃO CONJUNTA

A SEPPM trabalha conjuntamente com toda a Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência em João Pessoa, composta por instituições e serviços que visam a proteção e a garantia dos direitos das mulheres.

Essas instituições são a porta de entrada para as mulheres em situação de violência, destacando-se as seguintes: CRAS, CREAS, Hospitais, Maternidades, Unidades de Saúde da Família, Conselhos Tutelares, Delegacias da Mulher, Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Justiça (Vara da Violência Doméstica e Familiar).

CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA

É um espaço local de acolhimento, orientação e encaminhamento para todas as mulheres maiores de 18 anos em situação de violência doméstica, familiar e sexual, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A equipe multiprofissional é formada por Psicólogas, Assistentes Sociais, Advogadas, Terapeutas Holísticas e Arte Educadoras.

O CRMEB atende de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, na Rua Afonso Campos, nº 111, Centro de João Pessoa.

CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL (ICVio)

Programa desenvolvido pelo Instituto Cândida Vargas (ICV), em parceria com a SEPPM, atendendo mulheres vítimas de violência sexual e doméstica. Localiza-se na Avenida Caramuru, 311, Jaqueira, João Pessoa, com atendimento 24 horas. O telefone para contato é o (83) 3015-1500.

DISQUE 180

Central Nacional de Atendimento à Mulher

CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA

24h
0800 283 3883
(83) 9 8695-3549

8h às 17h
(83) 3213-7359

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

DIRETORIAS E SEUS EIXOS DE ATUAÇÃO

Na busca da construção da autonomia, igualdade no ambiente de trabalho e da inclusão social efetiva, a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres atua na formulação e implementação de políticas de inclusão para as mulheres no processo de desenvolvimento, sustentabilidade e melhoria na vida social, partindo de diferentes perspectivas e das realidades locais.

Com um olhar diferenciado e focado na vivência das mulheres, são desenvolvidas ações para ampliação da presença feminina nos espaços de poder e decisão, consequentemente potencializando o protagonismo delas enquanto sujeitas de direito, para a construção de uma sociedade igualitária.

Na execução das atividades da SEPPM, destacam-se as seguintes Secretarias, relevantes no cenário de proteção e garantia dos direitos das mulheres:

DIRETORIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E EQUIDADE DE GÊNERO

Qualificada para a construção de políticas públicas para o enfrentamento à violência contra a mulher, por meio da capacitação, articulação e manutenção da rede de serviços municipais, compostas pelo Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), Hospital Santa Isabel, Instituto Cândida Vargas e os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

Desta forma, executa ações para prevenção e redução da violência contra a mulher, articulando os serviços disponíveis e reforçando o protagonismo das mulheres em situações de violência, bem como consolidando uma cultura de respeito e igualdade de gênero.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Responsável pela construção de políticas públicas de incentivo à igualdade de gênero, respeito à diversidade de raça, etnia e orientação sexual. Além disso, garante a efetivação dessas pautas em programas, projetos, ações de formação, especialmente aos profissionais da Educação.

Contribui, pois, para a redução de desigualdades e o enfrentamento à discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, orientação sexual e identidade de gênero, por meio da formação de gestoras e gestores, profissionais da educação e estudantes da rede municipal de ensino, inserindo a reflexão sobre o assunto na vivência dos municípios.

DIRETORIA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Contribui para a promoção de políticas públicas voltadas à garantia do direito à saúde das mulheres, respeitando-se a liberdade de consciência, de crença, à não discriminação, a laicidade do Estado, os direitos sexuais, reprodutivos e o planejamento familiar.

Além disso, as ações são pautadas na educação permanente e no acompanhamento da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Promove-se, assim, o acesso à saúde pelas mulheres, objetivando que elas possam uma vida sexual e reprodutiva segura e satisfatória, com autonomia e liberdade para decidir o exercício desses direitos.

DIRETORIA DE TRABALHO E ENFRENTAMENTO À POBREZA

Destinada a promover ações para o empoderamento das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Objetiva, portanto, inserir e reinserir as mulheres na vida laboral, gerando renda, autonomia financeira e elevação da autoestima.

CS Digitalizada com

Fonte: Silva (2025).

A Figura 8 apresenta um dispositivo informacional da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres, com informações sobre sua criação, objetivos, diretorias e formas de atuação. O dispositivo também fornece contatos telefônicos para casos de violência contra as mulheres, permitindo que a população conheça como a Secretaria contribui para o enfrentamento desse fenômeno.

Figura 9 - Panfletos sobre a CRMEB



Fonte: Silva (2025).

A Figura 9 apresenta dois panfletos: um sobre a Ronda Maria da Penha, similar aos anteriores, detalhando o serviço, seu público-alvo, linhas de atuação e contatos telefônicos. A Ronda Maria da Penha atende e acompanha mulheres com Medidas Protetivas de Urgência, contando com equipe multiprofissional e efetivo da Guarda Municipal (Andrade, 2022; Silva, 2025). O outro panfleto mostra um

dispositivo informacional de uma campanha da SPPM, com uma mensagem que repudia a violência contra as mulheres e as incentiva a buscar ajuda para romper o ciclo de violência.

Figura 10 - Panfletos



Fonte: Silva (2025).

Figura 11 - Redes de atendimento



Fonte: Silva (2025).

O enfrentamento da violência doméstica exige estratégias que incentivem a busca pelos serviços, responsabilizem os agressores e promovam campanhas educativas, sem subestimar os riscos da violência psicológica e seu potencial de evoluir para formas letais (Ávila, 2018). A Lei Maria da Penha promove prevenção e assistência, destacando a mediação da informação como ação

central nos dispositivos informacionais para enfrentar a violência contra as mulheres.

A Figura 11 mostra um panfleto simples, mas informativo, que orienta as mulheres sobre onde buscar ajuda e disponibiliza contatos úteis, sendo distribuído em eventos para divulgar o CRMEB e alcançar mais mulheres em situação de violência em João Pessoa. Além dos dispositivos físicos, o CRMEB utiliza recursos digitais, como o site da Prefeitura de João Pessoa, que oferece informações sobre os serviços do Centro, conforme ilustrado na Figura 12.

Figura 12 - Site da Prefeitura Municipal de João Pessoa que aborda sobre o CRMEB⁶



Fonte: Silva (2025).

A Figura 12 mostra que o site da Prefeitura de João Pessoa oferece informações sobre o CRMEB semelhantes às dos panfletos impressos, destacando a importância da internet como meio de divulgação e a necessidade de manter esse canal digital atualizado. Diante disso, com a identificação dos dispositivos informacionais utilizados no CRMEB, encerra-se a apresentação dos principais achados do estudo, incluindo as ações de mediação da informação

⁶ Para visualizar o conteúdo da página, acesse:

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/centro-de-referencia-da-mulher-ednalva-bezerra/>.

e as pessoas envolvidas, passando-se em seguida às considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que o CRMEB é um dispositivo informacional essencial no enfrentamento da violência doméstica em João Pessoa, promovendo reflexão crítica, autoconhecimento e ressignificação por meio da mediação consciente da informação, capaz de transformar vidas. O estudo apontou que, no CRMEB, toda a equipe atua como mediadora, oferecendo acolhimento, orientação e apoio às mulheres que buscam ajuda, sendo fundamental que as(os) profissionais tenham consciência de suas ações e falas, uma vez que estas influenciam diretamente a permanência e o engajamento das mulheres no serviço.

Entretanto, também foram identificados limites estruturais e organizacionais que impactam essas práticas, como problemas no prédio desde o início da coleta de dados, agravados pela reforma e pela transferência temporária do serviço em 2024, além da ausência de capacitações formais, da realização esporádica de reuniões, da interrupção na elaboração de relatórios e da carência de estratégias sistemáticas de divulgação nas redes sociais. Somam-se a esses desafios a necessidade de dispositivos informacionais mais acessíveis e inclusivos, que contemplem diferentes níveis de alfabetização e formatos como Braille, Libras e pictogramas.

No CRMEB, todos os mecanismos desenvolvidos ou disponíveis no Centro funcionam como dispositivos informacionais, técnicos ou simbólicos, pois, ao relacionar a informação com as usuárias ou profissionais, promovem mudanças nas estruturas cognitivas e possibilitam a produção de novos significados sobre a

vida das mulheres a partir da problematização da violência. Esses dispositivos são essenciais para a mediação e a apropriação da informação, favorecendo o empoderamento, a transformação e o protagonismo social. Espera-se que este estudo fortaleça a relação entre a Ciência da Informação e o enfrentamento da violência contra as mulheres, além de contribuir para o aprimoramento das práticas de mediação da informação no CRMEB e em outros centros similares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

ANDRADE, Kaliandra de Oliveira. **A lei Maria da Penha e o regime de informação das delegacias especializadas de atendimento às mulheres na Paraíba**. 2022. 296f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

ANDRADE, Kaliandra Oliveira; LIMA, Izabel de França; CÔRTEZ, Gisele Rocha. A violência contra as mulheres: dói e não é direito. **Ponto de Acesso**, v. 14, n. 1, p. 61-82, 2020. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/157137> Acesso em: 22 dez. 2025.

ÁVILA, Thiago André Pierobom. Articulação do trabalho em rede para a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar. **Permitida a reprodução mediante citação da fonte Composição do CNMP**, p. 141, 2018. Disponível em: chromeextension://efaidnbmninnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/cnmp/feminicidio_web_1_1_0.pdf. Acesso em: 22 dez. 2025.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008> Acesso em: 22 dez. 2025.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 ago. 2006a.

BRASIL. **Norma Técnica de Uniformização**: referência Centros de referência de atendimento violência à mulher em situação de violência. Brasília, DF: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2006b.

CAMPOS, Carmen Hein de. Femicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, p. 103-115, 2015. Disponível em: doi: <https://doi.org/10.15448/2177-6784.2015.1.20275> Acesso em: 22 dez. 2025.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres negras e violência doméstica**: decodificando os números. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOKMULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA.pdf> Acesso em: 22 dez. 2025.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. A violência contra a mulher sob o olhar da mediação cultural da informação: análise da exposição "Retratos Relatos". **Revista Brasileira De Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, n. 2, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1806>. Acesso em: 22 dez. 2025.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2015. Disponível

em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/351> Acesso em: 22 dez. 2025.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; ARAÚJO, Wagner Junqueira; SILVA, Douglas Limeira. Sistema Atende Mulher: Sistema de Informação no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 85-95, 2014. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/v/322974>. Acesso em: 22 dez. 2025.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; LUCIANO, Maria Cristiana; DIAS, Karla Cristina Oliveira. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, n. 8, p. 134-151, 2012. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/v/100252> Acesso em: 22 dez. 2025.

DAUTRO, Canmery Moreira. **Violência contra mulheres e informação**: perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra-2007. 2013. 54f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13883> Acesso em: 22 dez. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 21 ago. 2025.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e Informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida. **Epistemologia, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n.

4, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/UFPB.1809-4783.2020V30N4.57047> Acesso em: 21 ago. 2025.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019. Disponível em: doi:10.21728/logcion.2019v5n2.p10-21. Acesso em: 21 ago. 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência**. Fortaleza, CE: Instituto Maria da Penha, 2019. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/violenciadomestica/ciclo-da-violencia.html> Acesso em: 15 dez. 2019.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. O que é feminicídio?. **Dossiê Feminicídio**. Online. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/o-que-e-feminicidio/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LAURINDO, Kariane Regina; PIZARRO, Daniella Camara. Mulheres negras vítimas de violência doméstica: a visibilidade dada sobre a temática na biblioteconomia e ciência da informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 26, n. 4, 2021. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1806>. Acesso em: 22 dez. 2025.

LOBO, Janaina Campos. Uma outra pandemia no Brasil: as vítimas da violência doméstica no isolamento social e a “incomunicabilidade da dor”. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 20-26, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/tes.v8i0.18901>. Acesso em: 22 dez. 2025.

MARCONE, Karla Cristiane de Oliveira. **Práticas informacionais e a construção da resiliência informacional de mulheres vítimas de violência no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra**. 2024. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/34795> Acesso em: 22 dez. 2025.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; TAVARES, Rosimeri Silva de Santana. Coleta de informações em estudos sociais: abordagens

quantitativas e qualitativas para analisar centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 2, n. 1, p. 10-21, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41316/25249> Acesso em: 22 dez. 2025.

ONU MULHERES. **Report of the Secretary-General on the Work of the Organization (A/79/1, seventy-ninth session)**. Nova York: ONU, 2024. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_annual_report_2024_en.pdf. Acesso em: 27 dez. 2024.

PIERUCCINI, Ivete. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/178073>. Acesso em: 22 dez. 2025.

PIMENTA, Ricardo; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília/DF, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 22 dez. 2025.

PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues do. O acolhimento como princípio da mediação da informação. **Folha de Rosto**, v. 6, n. 3, p. 5-13, 2020. Disponível em: doi: <https://doi.org/10.46902/2020n3p5-13> Acesso em: 21 ago. 2025.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil**. 170f. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009> Acesso em: 21 ago. 2025.

SANTOS, Raquel do Rosário; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Os valores pragmático, afetivo e simbólico no processo de mediação consciente da informação. **Informação & Informação**, v. 26, n. 1, p. 343-362, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n1p343> Acesso em: 21 ago. 2025.

SANTOS NETO, João Arlindo. Mediação implícita da informação e os marcadores sociais da diferença. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 269-297, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/971/823>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SILVA, Allan Jones Andreza; NOGUEIRA, Daniele de Araújo. O assistente social e o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. **Barbarói**, n. 56, p. 44-67, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.14876> Acesso em: 21 ago. 2025.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da. **Asas da Informação**: protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo da Paraíba. 2020. 219f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20853/1/AurekellyRodriguesDaSilva_Dissert.pdf Acesso em: 25 dez. 2025.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da. **Mulheres em situação de violência doméstica**: a mediação da informação no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra. 2025. 294f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/36071> Acesso em: 22 dez. 2025.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da; CORTÊS, Gisele Rocha. Mediação da informação, interseccionalidade e a violência doméstica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 24., 2024, Vitória. **Anais [...]** Vitória: ANCIB, 2024. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2413>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1324/911>. Acesso em: 25 dez. 2025.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da; LUCIANO, Cristiana Félix. 17 anos da Lei Maria da Penha: a importância da mediação consciente da informação para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres. **INFOhome**, set. 2023. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/pesquisa_conteudo.php?cod=1489. Acesso em: 25 dez. 2025.

SILVA, Helem Cristiane Santos; ATAÍDE, Mirian Ferreira Brito de; MOREIRA, Thaís Diniz Santos. Atenção psicológica à mulher em situação de violência doméstica no Brasil: uma revisão integrativa. **Textura**, v. 14, n. 2, p. 95-102, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22479/texturav14n2p95_102. Acesso em: 25 dez. 2025.

SILVA, Suiene Cristina Mendonça da; SILVA, Vinícius Aguiar Alcântara da; HANNA, Leila Maués Oliveira. Danos psicológicos causados pela violência doméstica contra a mulher. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 4, p. 338-351, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n4p338-351>. Acesso em: 25 dez. 2025.

SILVEIRA, Lenira Politano. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. *In: DINIZ, Carmen Simone G.; SILVEIRA, Lenira P. da; MIRIM, Liz Andréa L. (orgs.). Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p. 45-77.

SOUTO, Verena Souza; CASTELAR, Marilda. Psicólogas nos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. **Psicol. estud.**, São Paulo, v. 25, e. 44031, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44031>. Acesso em: 25 dez. 2025.

WALKER, Leonore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.